

DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.838	3.704	146.247	111.880
Contas a receber de clientes	9	-	-	36.095	22.639
Estoques	10	-	-	20.575	19.764
Aplicações financeiras restritas	67	67	67	147	157
Ativo fiscal corrente	30	-	-	1.572	1.526
Impostos a recuperar	11	1.665	1.639	5.355	1.970
Despesas antecipadas	5	2	4	2	2
Outros créditos	12	6.246	674	14.338	10.432
Total do ativo circulante		11.821	6.086	224.333	168.370
Não circulante					
Outros créditos	12	318	-	14.104	11.578
Impostos a recuperar	11	-	-	369	54.377
Ativo fiscal corrente	30	-	-	6.193	4.049
Ativo fiscal diferido	23	-	-	3.149	3.149
Mútuos com partes relacionadas	13	10.818	14.769	31.238	16.188
Investimentos	14	836.649	916.228	871.261	1.039.078
Imobilizado	15	74.296	74.349	212.159	221.983
Intangível	-	-	-	18	34
Total do ativo não circulante		922.081	1.005.346	1.138.491	1.350.346
Total do ativo		933.902	1.011.432	1.362.824	1.518.716

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fornecedores	16	196	128	9.914	9.185
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	6.058
Debêntures	18	-	-	69.383	69.733
Impostos e obrigações tributárias	21	11	8	1.305	958
Passivo fiscal corrente	29	-	-	3.076	5.131
Obrigações estimadas	-	-	-	4	21
Créditos com partes relacionadas	13	22.619	23.008	22.819	23.207
Taxas regulamentares	19	-	-	12.590	11.706
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24.c	112.024	112.024	113.579	112.912
Instrumentos financeiros - derivativos	30	-	-	8.082	-
Outras contas a pagar	20	3.957	3.957	6.705	6.484
Total do passivo circulante		138.807	139.125	247.457	245.395
Não circulante					
Debêntures	18	-	-	168.091	238.291
Mútuos com partes relacionadas	13	280.140	293.402	280.450	295.243
Taxas regulamentares	19	-	-	10.089	9.808
Provisão para contingência	23	-	-	1.135	1.048
Passivo fiscal diferido	22	-	-	29.441	26.201
Total do passivo não circulante		280.140	293.402	489.206	570.591
Total do patrimônio líquido					
Capital social	17	177.503	177.503	177.503	177.503
Reserva de capital	23	23.624	23.624	23.624	23.624
Reserva de lucros	26	313.828	377.778	313.828	377.778
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		514.955	578.905	514.955	578.905
Participação de não controladores	-	-	-	11.206	123.825
Total do patrimônio líquido		514.955	578.905	526.161	702.730
Total do passivo e patrimônio líquido		933.902	1.011.432	1.362.824	1.518.716

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras. (Em milhares de Reais) 1. Contexto operacional: A DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco, cujo objeto social é: (a) participação em outras sociedades como quotista ou acionista; (b) aluguel de outras máquinas comerciais e industriais; (c) geração de energia elétrica; (d) aluguel de imóveis próprios; (e) instalação de equipamentos de energia elétrica; (f) desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica; e (g) serviços técnicos de engenharia nas áreas: civil, hidráulica, elétrica, química, mecânica industrial e outros serviços correlacionados. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). O capital circulante líquido da Controladora e Consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$ 126.986 e R\$ 23.124, respectivamente, (R\$ 133.039 e R\$ 77.025 controladora e consolidado, respectivamente, em 2019). Como forma de garantir os compromissos financeiros, futuros, a Companhia e suas controladas poderão contar, caso necessário, com o suporte financeiro advindo de sua acionista controladora e com limites de créditos já pré-aprovados por instituições financeiras. Vale ressaltar que, existe um saldo relevante de dividendos a pagar junto aos sócios no passivo circulante da controladora e consolidado no montante de R\$ 112.024 e R\$ 113.579 em 2020 (R\$ 112.024 e R\$ 112.912 em 2019). Se os saldos a pagar com partes relacionadas forem desconsiderados, o capital circulante líquido consolidado passa a ser positivo em R\$ 92.515 em 2020 e positivo em R\$ 35.887 em 2019. Adicionalmente, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, o Grupo vem amortizando normalmente suas dívidas com terceiros relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures, de forma que para os vencimentos que ocorrerão em 2021, a Administração não espera dificuldades em cumprir com essas obrigações. Adicionalmente, o Grupo apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo no consolidado no montante de R\$ 96.361 em 2020 (R\$ 125.473 em 2019) e patrimônio líquido consolidado no montante de R\$ 626.161 em 2020 (R\$ 702.730 em 2019), e dessa forma a Administração entende que não existe incerteza quanto à continuidade operacional do Grupo. 1.1. Relação de entidades controladas e coligadas: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo:

Investidas diretas	País	Participação acionária	
		2020	2019
Eleticidade do Brasil S.A. ("EBRASIL")	Brasil	100,00%	100,00%
Vigus Engenharia Ltda.	Brasil	95,00%	95,00%
ASTC Tecnologia Ltda.	Brasil	50,00%	50,00%
Antares Serviços e Participações Ltda.	Brasil	37,00%	37,00%
Suape Ambiental Ltda.	Brasil	1,00%	1,00%
Investidas indiretas			
EBRASIL Energia Ltda. ("EBE")	Brasil	89,50%	89,50%
EBRASIL Gás e Energia S.A. ("EGAS")	Brasil	99,99%	99,99%
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. ("EPESA")	Brasil	83,60%	83,60%
EBRASIL LNG Distribuidora Ltda.	Brasil	100%	-
EBRASIL LNG Serviços Marítimos Ltda.	Brasil	100%	-
EBRASIL LNG Regas Ltda.	Brasil	100%	-
EBRASIL LNG Comercializadora Ltda.	Brasil	100%	-
GD Energy Ltd.	Brasil	100%	-
EBRASIL Oil & Gás Participações Ltda.	Brasil	100%	-
EBRASIL Norte Geradora de Energia Ltda. ("ENORTE")	Brasil	99,99%	99,99%
Termocabo S.A. ("Termocabo")	Brasil	24,00%	24,00%
EBRASIL Petróleo e Gás Ltda. (Investidas EBRASIL)	Brasil	94,40%	-
EBRASIL LNG Holding Ltda. (Investidas EBRASIL)	Brasil	83,60%	-
EBRASIL Energias Renováveis Ltda. (Investidas EBRASIL)	Brasil	100%	-
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	Brasil	50,00%	50,00%
Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. ("CEBARRA")	Brasil	25,00%	25,00%
Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("CELSEPAR")	Brasil	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Brasil	41,66%	41,66%

a. Investidas diretas: (i) Controladas diretas: Eleticidade do Brasil S.A. - ("EBRASIL"): A Eleticidade do Brasil S.A. ("EBRASIL" ou "sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife-PE. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar de outras sociedades, comercializar energia e na gestão de empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2020 a EBRASIL possui participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo: • 89,5% das cotas da EBRASIL Energia Ltda. (EBE); • 83,60% das ações da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. (EPESA); • 99,99% das quotas da EBRASIL Norte Geradora de Energia Ltda. (ENORTE); • 99,99% das ações da EBRASIL Gás e Energia S.A. (EGAS); e • 24% das ações da Termocabo S.A. (Termocabo). Vigus Engenharia Ltda. ("Vigus Engenharia"): A Vigus Engenharia Ltda. é uma sociedade empresária limitada localizada no município de Igarassu - PE fundada em 6 de junho de 2003. Sua atividade principal é atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura. (ii) Controladas indiretas: Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. ("EPESA"): A EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradoras termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termonianus, com potência instalada de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 29 de junho de 2006. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2009. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009. EBRASIL Energia Ltda. ("EBE"): A EBE é uma Empresa limitada com sede em Recife-PE que está devidamente autorizada a atuar no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, mediante despacho ANEEL nº 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da COEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009. A EBE possui participação acionária na de 50% na CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. que por sua vez possui 100% de participação acionária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Em 4 de novembro de 2016 a EBE passou a ter participação societária de 25% das ações da CEBARRA - Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros. EBRASIL Norte Geradora de Energia Ltda. ("ENORTE"): A ENORTE é uma Empresa limitada com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R\$ 13 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa sendo suportada por seus controladores. Em 2019 e 2018, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decurso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. Em 2019, a empresa avaliou a continuidade de seus negócios. EBRASIL Gás e Energia S.A. ("EGAS"): A EGAS é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Cabedelo, Estado na Paraíba, que tem por objeto construir, implantar e operar usinas termelétricas abastecidas a Gás Natural, bem como importação, exportação e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás natural Comprimido (GNC). Em 2016 teve sua constituição societária alterada para holding, passando a deter 41,66% das ações da EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (iii) Controladas em conjunto direta: ASTC Tecnologia Ltda.: A ASTC Tecnologia Ltda. é uma Empresa de Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. (iv) Controladas em conjunto indiretas: Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR"): A CELSEPAR é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 11 de dezembro de 2017. O endereço do escritório, atual sede da Empresa, é na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, Brooklin Paulista, São Paulo - SP - tem por objeto a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. Em 16 de março de 2018, a CELSEPAR adquiriu 100% de participação societária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("CELSE"): A CELSE tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica através de implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligações ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes; (iv) Coligadas: Antares Serviços e Participações Ltda.: A Antares Serviços e Participações Ltda. é uma sociedade empresária limitada localizada na cidade de Moreno - PE fundada em 18/04/2008. Sua atividade principal é atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. Suape Ambiental Ltda.: A Suape Ambiental Ltda. é uma sociedade empresária limitada localizada na cidade de Cabo de Santo Agostinho - PE fundada em 05 de dezembro de 2000. Sua atividade principal é coleta de resíduos perigosos. (v) Coligadas indiretas: Termocabo S.A. ("Termocabo"): A Termocabo é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ e é uma usina termelétrica localizada em Cabo de Santo Agostinho - PE. Foi constituída em 22 de agosto de 2001 e iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MW para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado ("COEAR") pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"): A EPASA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradoras termelétricas denominadas Termomonte e Termonianus, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9 de julho de 2007. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. As Usinas entraram em operação comercial em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011, respectivamente. Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA"): A

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Controladora	Nota	Capital social		Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Legal	Participação de não controladores	Patrimônio Líquido
		2020	2019	2020	2019	Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		177.503	-	23.624	-	32.575	-	-	501.676	74.758
Efeito do ajuste da participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	37.984
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	101.997	-	101.997	11.083
Destinações:										
Constituição de reserva legal	24b	-	-	-	-	2.926	-	(2.926)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	24b	-	-	-	-	-	-	(24.768)	(24.768)	(24.768)
Constituição da reserva de retenção de lucros	24b	-	-	-	-	-	74.303	(74.303)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		177.503	-	23.624	-	35.501	342.277	-	578.905	123.825
Efeito do ajuste da participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(594)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(63.950)	(63.950)	(75.975)
Absorção de prejuízos		-	-	-	-	-	-	(63.950)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		177.503	-	23.624	-	35.501	278.327	-	514.955	111.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Controladora	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019		2020	2019		
Receita operacional líquida	25	-	-	631.674	167.728					
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(524.331)	(66.835)					
Lucro bruto				107.343	100.893					
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.495)	(1.592)	82.436	82.056					
Receitas financeiras	28	106	2.895	11.327	8.829					
Despesas financeiras	28	(60)	(2.184)	(20.453)	(23.874)					
Resultado financeiro, líquido		46	711	(9.126)	(15.045)					
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		(1.449)	(881)	73.310	67.011					
Resultado de equivalência patrimonial	14	(62.572)	102.878	(135.071)	58.222					
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(64.021)	101.997	(61.761)	125.233					
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	29	-	-	(24.776)	(23.761)					
Diferidos	29	-	-	(3.239)	(3.239)					
Incentivo fiscal Sudene	29	-	-	13.801	14.847					
				(14.214)	(12.153)					
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(64.021)	101.997	(75.975)	113.080					
Resultado atribuível aos:										
Acionistas controladores		(63.950)	101.997	(63.950)	101.997					
Acionistas não controladores		-	-	(12.025)	11.083					
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(63.950)	101.997	(75.975)	113.080					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Controladora	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(63.950)	101.997	(75.975)	113.080
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente total		(63.950)	101.997	(75.975)	113.080
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		(63.950)	101.997	(63.950)	101.997
Acionistas não controladores		-	-	(12.025)	11.083
Resultado abrangente total		(63.950)	101.997		

DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 09.275.381/0001-96

patrimonial; ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atenuar tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros: Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas. **m. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment: Ativos financeiros não-derivativos:** O CPC 48 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, o Grupo levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação do Grupo. O Grupo não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. **Ativos não financeiros:** Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não possuía ativos não financeiros com vida útil indefinida. **n. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis. **o. Arrendamentos:** O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 e não identificou contratos relevantes aplicáveis a norma. O Grupo optou por não reconhecer ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo que são isentos pela norma. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **p. Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o CPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **q. Novas normas e interpretações adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alteração ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); e Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e Bancos	43	12	14.925	4.587
Aplicações financeiras	3.795	3.692	131.322	107.293
Total	3.838	3.704	146.247	111.880

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2020 e 100% em 31 de dezembro 2019.

9. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2020	2019
EPESA:		
Clientes faturado	10.663	3.871
Clientes a faturar	15.517	15.019
Mercado de Curto Prazo CCEE	9.785	7.107
Clientes diversos	69	64
ENORTE:		
Clientes faturados	-	112
EGAS:		
Clientes diversos	6	-
Outras contróladas	55	56
	36.095	22.639

O saldo de contas a receber refere-se, substancialmente, à apropriação de receitas relativas aos contratos de disponibilidade de energia elétrica da controladora indireta EPESA. A Administração do Grupo entende que é desnecessário o registro das perdas de crédito esperadas, dado que não existe expectativa de

não recebimento futuro, visto que não existe histórico de perdas efetivas com clientes. O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-A), classificado como receita fixa e, quando da ocorrência de geração de energia, é classificada como receita variável. O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subsequente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subsequente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente. Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente. (ii) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração por disponibilidade, que é faturada nos meses subsequentes, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulação do setor. Por força da escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 18, a controlada EPESA cedeu a totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a Companhia terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a controladora cedeu eventual recelável oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do combustível (Nota Explicativa nº 18). (iii) A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia adquirida pelo Grupo no mercado de curto prazo e seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. **10. Estoques (Consolidado):** Os estoques do Grupo são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente combustível) é custo o médio.

	Consolidado	
	2020	2019
Óleo diesel (i)	13.388	12.553
Lubrificantes	78	101
Peças de reposição e manutenção (ii)	7.109	7.110
	20.575	19.764

(iv) Aquisição de óleo diesel para geração, a partir de despachos do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. (a) As controladas mantêm em seus estoques peças de reposição necessárias à realocação em operação das máquinas e dos equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral.

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS	5	5	58	58
Imposto de renda retido na fonte	830	804	3.245	3.002
ICMS ST a ressarcir (i)	-	-	-	50.858
Outros	830	830	1.346	1.345
	1.665	1.639	5.724	56.347

Circulante 1.665 1.639 5.724 56.347
Não circulante - - 369 54.377

(i) **Controlada indireta EPESA:** Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a Companhia o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Companhia está classificando no ativo não circulante. Em conformidade com a Lei nº 15.616 de 08 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE Iveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continua emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo de aquisição do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente a alíquota de 7% do fomento do óleo diesel deste período. Durante o exercício de 2020, a Administração reavaliou a expectativa de realização do referido montante e pelo fato da Companhia não deter o controle sobre o reembolso e consequente realização deste crédito optou pela baixa integral desse ativo no exercício corrente.

12. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Conta reserva do serviço da dívida (i)	-	-	5.280	5.158
Dividendos a receber (ii)	-	-	662	4.537
Débitos judiciais (iii)	132	132	5.777	5.968
Despesas antecipadas	-	-	523	435
Adiantamentos	6.114	542	4.111	2.533
Outros recebíveis	318	-	5.127	1.975
	6.564	674	28.442	22.010

Circulante 6.564 674 14.338 10.432
Não circulante 318 - 14.104 11.578

a. Informações sobre as investidas

	2020		2019	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Investidas diretas				
Eleticidade do Brasil S.A. ("EBRASIL")	72.149	1.088.626	185.810	138.495
Vigus Engenharia Ltda.	439	-	(42)	293
Suape Ambiental Ltda.	1.150	3.906	195	5.694
Antares	95	59	105	74
ASTC Tecnologia Ltda.	1.898	2.709	2.550	8.915
Total controladora em 31 de dezembro de 2020	75.713	1.095.300	188.616	153.471
Investidas indiretas				
Termocabo S.A.	64.652	30.449	28.540	2.694
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	12.799	2.032.728	276.971	428.544
Centrais Elétricas da Paraíba - EPASA	349.437	90.428	194.804	446.281
Total consolidado em 31 de dezembro de 2020 (i)	426.888	2.445.253	395.939	626.042

b. Movimentação dos investimentos

	2020		2019	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Investidas diretas				
Eleticidade do Brasil S.A. ("EBRASIL")	29.443	1.144.462	63.303	194.444
Vigus Engenharia Ltda.	441	-	(42)	290
Suape Ambiental Ltda.	189	33	4.590	(181)
Antares	95	59	104	74
ASTC Tecnologia Ltda.	1.812	2.709	2.469	8.915
Total controladora em 31 de dezembro de 2019	31.980	1.151.483	65.867	208.313
Investidas indiretas				
Termocabo S.A.	44.839	26.055	14.422	564
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	16.186	1.668.994	24	1.685.157
Centrais Elétricas da Paraíba - EPASA	294.777	470.864	93.513	216.232
Total consolidado em 31 de dezembro de 2019 (i)	311.063	2.139.858	93.537	2.141.152

(i) O total dos valores consolidados de investimento e equivalência patrimonial, não eliminados no processo de consolidação, referem-se a: investida direta Termocabo S.A. e as investidas indiretas, Centrais Elétricas de Sergipe S.A. – CELSEPAR e Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA.

15. Imobilizado: Controladora: Em 2017, a DC Energia adquiriu motores da Wártsila, para capitalização e posterior investimento em novos negócios a Gás Natural Liquefeito. O equipamento está em depósito alagadário, sendo provisionado até 17/10/2022 o prazo de permanência em Regime Especial de Entroposto Aduaneiro (Art. 404 do Regime Aduaneiro - Decreto nº 6.759/2009 e IN 680) das mercadorias admitidas neste regime. Em 31 de dezembro de 2020 o montante referente a esses motores que ainda não estão em uso é o total de R\$ 74.156 (R\$ 74.156 em 2019). Além disso, importante destacar que o referido valor foi apresentado na rubrica de adiantamento a fornecedores das demonstrações financeiras de 2019, sendo o saldo reclassificado para fins de melhor apresentação e comparabilidade nessas demonstrações financeiras do exercício corrente. Adicionalmente, a Companhia tem outros saldos de imobilizado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 140 (R\$ 193 em 2019), totalizando um valor total de R\$ 74.296 (R\$ 74.349 em 2019).

a. Composição da conta (Consolidado)

	2020		2019	
	Taxas anuais de depreciação (%)	Depre-aciação acumulada	Taxas anuais de depreciação (%)	Depre-aciação acumulada
Máquinas e equipamentos	3,33 e 10	204.088 (101.366)	102.722	204.305 (93.853)
Construções	4	82.847 (51.399)	31.448	82.847 (49.176)
Móveis e utensílios	10	2.968 (2.410)	558	2.846 (2.254)
Terenos	-	1.058	-	1.058
Veículos	20	2.279 (2.060)	219	2.239 (2.117)
Imobilizado em andamento	-	76.154	-	76.154
		369.394 (157.235)	212.159	369.293 (147.900)

b. Movimentação do custo (Consolidado)

	Saldo		Saldo	
	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições
Máquinas e equipamentos	204.305	2	(219)	204.088
Construções	82.847	-	-	82.847
Móveis e utensílios	2.846	122	-	2.968
Terenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	2.239	40	-	2.279
Imobilizado em andamento	76.998	156	-	76.154
	369.293	320	(219)	369.394

(i) No consolidado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, a controlada EPESA precisa manter em conta reserva o equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora mantida na Caixa Econômica Federal. (ii) O saldo corresponde a dividendos declarados da Termocabo. (iii) Os depósitos judiciais são substancialmente da controlada EPESA referente a disputa com o fabricante de equipamentos e ao valor da multa correspondente ao auto de infração da ANEEL, relativo a não conformidades apuradas em processo de fiscalização, descrito na Nota Explicativa nº 23. (iv) Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), insituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar.

13. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos que incidem juros equivalentes a taxas de empréstimos de capital de giro, calculados a 100% da variação do CDI + 2,5% a.a., refletindo melhor o custo do dinheiro no mercado financeiro. Desta forma, a Administração entende que tais operações são realizadas em condições usuais de mercado. A medida de geração de caixa das empresas devedoras, os mútuos estão sendo liquidados. **a. Composição dos saldos e transações:** As transações com partes relacionadas compreendem operações vinculadas ao objeto social e contratos do Grupo.

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo não circulante				
Suape Ambiental Ltda.	25	349	-	46
ASTC Tecnologia Ltda.	8.339	1.636	-	8.339
Alonso Schaub	1.017	-	-	1.017
Passivo não circulante				
Antares Serviços e Participações S/A	74	2.630	-	2.630
Dionon Lustosa Cantarelli (iii)	-	-	280.140	-
Créditos com acionistas e diretores	-	18.004	-	18.004
Ebrasil Energia Ltda. (i)	-	-	-	12.217
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. (ii)	-	-	-	5.966
EBRASIL Gás e Energia Ltda.	-	-	-	200
Petróleo e Gás	-	-	-	2.033
Ebrasil LNG Holding	-	-	-	2
Mauro José Coelho Lustosa	290	-	-	290
Roberto Coelho da Paz Neto	200	-	-	200
Marcelo de Ornellas Cantarelli	777	-	-	777
Vigus Engenharia Ltda.	96	-	-	288
	10.818	22.619	280.140	22.819

	2020		201	
--	------	--	-----	--

Publicidade Legal - 22 de julho de 2022 - DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES 2020-2019 pdf

Código do documento 27e331c3-168c-4b24-9eb0-2bd92850679d



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

21 Jul 2022, 18:55:23

Documento 27e331c3-168c-4b24-9eb0-2bd92850679d **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:55:23-03:00

21 Jul 2022, 18:55:38

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:55:38-03:00

21 Jul 2022, 18:55:55

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 186.214.132.60 (186.214.132.60.static.host.gvt.net.br porta: 18530). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:55:55-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c8084488d2e7abbcfcd15d019c1a928301515e37e21831c8adad1ea231ef9b3
(SHA512):b2d02ea604c2890d268af7a9ea4d03a79ebc9ede90b42c980cc464e9d5d459dea583773b9bb440ed9fd1d749af87b74fc534c736b6fe850979f6f21433e6f1ee

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign